

O Mundo em Português Nº2

Novembro 1999

O Serviço de um Ditador à Humanidade

Alexandra Barahona de Brito

Pinochet poderá regressar ao Chile por razões humanitárias. Mas isso é neste momento pouco relevante. Ao viajar para Londres e ao ser preso, o General já deu uma contribuição significativa para a causa dos direitos humanos no mundo.

A 8 de Outubro de 1999, o General Augusto Pinochet Ugarte tornou-se no primeiro ex-chefe de Estado a ser extraditado por crimes contra a humanidade e genocídio, de um país onde os crimes não foram cometidos para outro onde a mesma situação se verifica. E tudo isto devido ao facto de não ser possível julgá-lo no Chile, onde as violações ocorreram.

Antes de ser tomada uma decisão, que se tornará histórica a nível de jurisprudência internacional em matéria de direitos humanos, o General era mais conhecido por presidir sobre um regime de 17 anos (1973-1990) que torturou, executou extrajudicialmente e deteve/"fez desaparecer" milhares de pessoas.

Não é surpreendente que a sua ditadura tenha optado por um sistema clandestino de repressão que violou as regras do próprio regime. Já o é a forma como os opositores políticos e a "subversão" marxista eram tratados pelos regimes militares na América Central e Latina. O que é mais surpreendente ainda é como o mais famoso dos ditadores dessa região contribuiu para melhorar a prática e a jurisprudência em matéria de direitos humanos.

O golpe de Estado sangrento de 1973 e as alegações amplamente difundidas de que os militares dos EUA, e em particular a CIA, estavam envolvidos nos eventos que levaram à queda do regime de Allende, provocaram fortes reacções entre os grupos liberais norte-americanos. A detenção e o desaparecimento de três cidadãos americanos nos primeiros dias do golpe só exacerbou a determinação em exigir mudanças na política externa dos EUA. Em 1975 a Emenda Harkin ao Foreign Assistance Act mandou a proibição de auxiliar governos que "violem sistematicamente os direitos humanos". Isto constituiu uma mudança significativa na política dos EUA e, pela primeira vez, houve uma verdadeira incorporação das questões de direitos humanos nos processos de decisão política.

A situação no Chile foi um assunto central da campanha presidencial de Ford e Carter, e tornou-se no caso que posteriormente levou à revolução em matéria de direitos humanos promovida pela administração de Carter, por os governos europeus — que modificaram também os seus critérios de auxílio e de política externa — e pelas Nações Unidas. Em conjunto com a África do Sul, o Chile foi um dos primeiros casos a serem submetidos sistematicamente ao escrutínio da maquinaria dos direitos humanos da ONU, tendo sido até nomeado um relator especial.

Um crime em Washington

O assassinato de Orlando Letelier e do seu adido Ronnie Moffitt na cidade de Washington, em 1976, também levou a um avanço em matéria de direitos humanos. Foi a primeira tentativa de assassinato cometida em solo norte-americano por agentes estrangeiros, e a explosão do carro ocorreu em plena avenida das embaixadas, na capital da nação. O Estado julgou os agentes americanos envolvidos, nomeadamente Michael Townley, que agora tem uma nova

identidade ao abrigo do programa de protecção de testemunhas. Assim, um assassinato ordenado por Pinochet, tornou-se o primeiro caso de violação dos direitos humanos a ser julgado transnacionalmente.

O assassinato de Letelier estava teoricamente coberto pela Lei da Amnistia, aprovada pelo regime de Pinochet em 1978, que concedia imunidade para todos os que tivessem cometido violações de direitos humanos antes dessa data. Todavia, os EUA pressionaram o regime cessante e o recém-eleito regime democrático que chegou ao poder em 1990, para assegurar que os culpados fossem trazidos perante a justiça. Em Maio de 1995, o ex-líder do DINA, Manuel Contreras, e o seu adido, Coronel Pedro Espinoza, foram presos no Chile, acusados de ter cometido o crime. Este caso marcou um precedente, pois foi uma das primeiras condenações por um atentado aos direitos humanos no Chile e uma das que levou à prisão de um dos oficiais de mais alta patente encarregue do aparato repressivo do regime ditatorial. Assim, Pinochet contribuiu também para encorajar o respeito pelos direitos humanos no Chile.

O Chile tem um dos mais fortes e duradouros movimentos de direitos humanos do mundo, com fortes ligações à Igreja Católica e que conta com membros dos principais partidos de oposição ao regime ditatorial. O regime levou também à existência de milhares de exilados que se implantaram em países em todo o mundo e matou muitos estrangeiros residentes no país. Quando olhados em conjunto, estes casos favoreceram o começo do que se pode chamar uma coligação transnacional informal ad hoc para julgar abusos de direitos humanos. Esta coligação conta com a presença de exilados chilenos, organizações de direitos humanos do Chile, e também de partidos políticos de esquerda e todo o tipo de simpatizantes de um amplo espectro de grupos sociais.

Até 1998, os repressores chilenos tinham sido julgados in absentia em Itália e os tribunais espanhóis tentam há muito trazer perante a justiça aqueles que foram responsáveis pela morte de Carmelo Soria, um cidadão espanhol assassinado pelo regime Pinochet em 1976. Nenhum repressor tinha sido preso e julgado até então.

Viagem providencial

Logo, talvez a contribuição mais significativa do General para a causa dos direitos humanos tenha sido o facto de ter viajado para Londres e ter sido preso a 16 de Outubro de 1998, no seguimento de um pedido intentado por um juiz espanhol. Se Pinochet irá ser julgado ou não em Espanha parece ser o menos relevante. Por causa da sua arrogância e orgulho perdeu a aura que tinha começado a conquistar de líder "respeitável" da reforma económica e uma "história de sucesso" a nível de transição.

Apenas um mês antes da sua prisão foi entrevistado pelo New Yorker, um bastião do liberalismo, em que se gabou que, ao contrário de outros ditadores, deixou o poder de livre vontade e era respeitado por todos, incluindo os seus opositores. A sua detenção auxiliou a causa dos direitos humanos e da democratização no Chile.

Pela primeira vez, em muito tempo, a reforma constitucional está na agenda do dia. Os tribunais estão efectivamente a julgar casos e a jurisprudência do Supremo Tribunal chileno parece estar a mudar significativamente a favor do julgamento de crimes contra os direitos humanos. Cerca de 25 oficiais, incluindo 5 generais, estão presos. Mais importante ainda, 43 processos foram intentados contra Pinochet e foram aceites pelos tribunais. Isto teria sido impensável antes da sua detenção. Na verdade, um líder juvenil tinha mesmo sido preso por sugerir que o ditador deveria ser julgado por crimes contra os direitos humanos. O governo estabeleceu uma Mesa de Diálogo, que reúne activistas de direitos humanos e generais. Isto é o

reconhecimento de que a transição não acabou e que novos esforços teriam de ser postos em marcha para resolver os conflitos do passado, de modo a aprofundar a democracia.

Devido à sua prisão, outros repressores pensarão duas vezes antes de viajarem pelo mundo para irem a conferências e gozarem dos benefícios de uma calma reforma. Este será o destino de muitos oficiais argentinos que têm mandatos de captura internacionais emitidos contra eles. Pinochet permitiu também que descobríssemos que o direito internacional actualmente existente é manifestamente insuficiente para casos como o seu. Reforçou o argumento a favor de um forte tribunal internacional criminal e mostrou-nos as fraquezas de um julgamento com base nos esforços de uma só nação.

Não deveremos preocuparmo-nos com a possibilidade de Pinochet regressar a casa por razões humanitárias. Ele cumpriu a sua parte no que respeita à promoção dos direitos humanos, e fê-lo bem. Assim, parece que o velho adágio tem a sua razão — “os velhos ditadores nunca morrem”; neste caso parece que até ajudam a promover as causas dos direitos humanos.